

UNIVERSIDADE CATOLICA DE MOÇAMBIQUE

Instituto de Ensino a Distância – Tete

A Organização da Unidade Africana e a Construção da União Africana: Continuidade e Ruptura

Sozinho Macaizo Vilanculos

Código: 708221718

Tete, Março, 2025

Folha de feedback

Categorias	Indicadores	Padrões	Classificação		
			Pontuação máxima	Nota do tutor	Subtotal
Estrutura	Aspectos organizacionais	Índice	0.5		
		Introdução	0.5		
		Discussão	0.5		
		Conclusão	0.5		
		Bibliografia	0.5		
Conteúdo	Introdução	Contextualização (indicação clara do problema)	2.0		
		Descrição dos objectivos	1.0		
		Metodologia adequada ao objecto do trabalho	2.0		
	Análise e discussão	Articulação e domínio do discurso académico (expressão escrita cuidada, coerência/coesão textual)	3.0		
		Revisão bibliográfica nacional e internacional relevante na área de estudo	2.0		
		Exploração de dados	2.5		
	Conclusão	Contributos teóricos e práticos	2.0		
Aspectos gerais	Formatação	Paginação, tipo e tamanho de letra, paragrafo, espaçamento entre as linhas	1.0		
Referências bibliográficas	Normas APA 6ª edição em citações e bibliografia	Rigor e coerência das citações/referencias bibliográficas	2.0		

Índice

CAPÍTULO I	1
1.1 Introdução	1
1.1.1 Objectivo geral:.....	1
1.1.3 Metodologia	1
CAPÍTULO II: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	2
2.1 Objetivos e Desafios da OUA	2
2.2 Contribuição da OUA para os Processos de Independência e Integração Africana.....	4
2.3 Razões para a Transformação da OUA em União Africana	6
2.3.1 A Incapacidade da OUA em Lidar com Conflitos e Desafios de Governança	6
2.3.2 O Impacto da Globalização e a Necessidade de Reagir de Forma Mais Eficiente	7
2.3.3 A Necessidade de Uma Maior Participação Cidadã e a Inclusão dos Direitos Humanos.....	8
2.3.4 A Relevância da Governança e da Eficiência nas Ações da UA	8
2.4 Continuidade e Ruptura: A UA em Relação à OUA.....	9
2.4.1 Continuidade: O Compromisso com a Unidade Africana e o Desenvolvimento.....	9
2.4.2 Ruptura: Uma Nova Abordagem para a Governança e a Resolução de Conflitos	10
2.4.3 Ruptura no Foco em Democracia e Direitos Humanos.....	10
2.4.4 A UA no Contexto Global: Uma Visão mais Ativa.....	11
CAPÍTULO III.....	12
3.1 Considerações finais	12
Referências bibliográficas.....	13

CAPÍTULO I

1.1 Introdução

Este trabalho fala sobre a Organização da Unidade Africana (OUA) e a construção da União Africana (UA): Continuidade e Ruptura, abordando o processo histórico que levou à transformação da OUA em UA e os desafios enfrentados durante essa transição. A OUA, criada em 1963, teve um papel fundamental na luta pela independência dos países africanos e na promoção da unidade política e econômica no continente. No entanto, ao longo do tempo, tornou-se evidente que a organização enfrentava limitações em relação à governança, resolução de conflitos e promoção da democracia. Com a crescente complexidade dos desafios africanos, como a globalização, os conflitos internos e as questões de direitos humanos, a OUA cedeu espaço à União Africana em 2002, que buscou responder de maneira mais eficaz a essas questões. A UA, apesar de manter os princípios fundamentais da OUA, introduziu novos mecanismos de governança, segurança e desenvolvimento, refletindo tanto uma continuidade com os objetivos da OUA quanto uma ruptura com suas limitações..

1.1.1 Objectivo geral:

- Compreender a transição da OUA para a UA, destacando suas continuidades e rupturas.

1.1.2 Objectivos específicos:

- Descrever os principais objetivos e desafios da OUA;
- Examinar a contribuição da OUA para a independência e integração africana;
- Identificar as razões para a transformação da OUA em UA;
- Comparar a continuidade e a ruptura entre a OUA e a UA.

1.1.3 Metodologia

Para a realização deste trabalho, foi adotada uma abordagem qualitativa, com a análise de fontes secundárias, como livros, artigos acadêmicos e documentos oficiais das organizações africanas. A pesquisa focou na revisão de literatura sobre a OUA e a UA, comparando seus objetivos, desafios e contribuições. Além disso, foram analisados os processos históricos que levaram à transformação da OUA em UA, assim como as mudanças institucionais e políticas que marcaram essa transição. A comparação entre as duas organizações foi realizada com base em suas estruturas, práticas e impactos no continente africano.

CAPÍTULO II: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Objetivos e Desafios da OUA

A Organização da Unidade Africana (OUA) foi criada em 1963 com o intuito de promover a unidade política e a solidariedade entre os novos estados africanos independentes, com a missão de solidificar a identidade africana e promover o progresso social e econômico do continente. Esse movimento surgiu em um contexto pós-colonial, onde a África estava emergindo do domínio imperialista, após um longo período de subordinação colonial. A OUA foi concebida como um meio de consolidar a independência dos países africanos e construir um futuro coletivo para os estados africanos, que enfrentavam o desafio de se reconstituir politicamente, socialmente e economicamente após séculos de colonização (Biney, 2008).

Entre os principais objetivos estabelecidos pela OUA estavam a promoção da soberania dos estados africanos, o apoio à luta de libertação dos povos africanos ainda sob domínio colonial e a erradicação do apartheid, especialmente na África do Sul. Além disso, a OUA tinha o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social de seus membros, o que incluiria a criação de mecanismos de cooperação econômica, como o desenvolvimento de infraestrutura e a promoção do comércio intra-africano (Adejumobi, 2010).

Outro objetivo significativo da OUA era ser uma plataforma para a resolução pacífica de conflitos e para a promoção dos direitos humanos. Para isso, a organização buscava criar uma ordem política que fosse estável e capaz de lidar com disputas entre seus membros, utilizando meios diplomáticos e políticos. A Comissão de Paz e Segurança da OUA, que foi criada para lidar com questões de segurança no continente, tinha a missão de intermediar conflitos, embora, em vários momentos, sua atuação tenha se mostrado limitada (Shinoda, 2011).

Contudo, a OUA enfrentou inúmeros desafios que dificultaram a realização de seus objetivos. O mais imediato foi a enorme diversidade política, cultural e econômica entre os países africanos. A África é um continente marcado por uma vasta gama de sistemas políticos e estruturas econômicas, o que tornava difícil alinhar interesses tão distintos em políticas comuns. Enquanto alguns países estavam mais voltados para o socialismo, outros adotaram políticas capitalistas, gerando desentendimentos sobre as melhores abordagens para o desenvolvimento. Além disso, as vastas disparidades de riqueza e desenvolvimento entre as

nações africanas tornavam ainda mais complexa a criação de uma agenda de crescimento econômico inclusivo (Ayttey, 2005).

As rivalidades políticas entre certos países também foram um obstáculo significativo para a OUA. O continente africano experimentou um grande número de conflitos internos, como as guerras civis, e disputas territoriais entre seus estados. A falta de uma abordagem eficaz para resolver esses conflitos e garantir uma paz duradoura foi uma das falhas da organização. Embora houvesse tentativas de mediação e soluções diplomáticas, a OUA, muitas vezes, se viu incapaz de lidar com as crises de maneira eficaz, o que enfraqueceu sua autoridade (Murithi, 2005). Por exemplo, a organização enfrentou dificuldades em resolver disputas como a Guerra Civil na Nigéria, o conflito no Sudão e as tensões no Chifre da África, o que evidenciou as limitações da OUA em lidar com situações de conflito armado.

A escassez de recursos financeiros também prejudicou o trabalho da OUA. A falta de uma base financeira sólida, somada à dependência de contribuições voluntárias de seus membros, levou a uma dificuldade contínua de financiar suas iniciativas. Os estados africanos, em geral, estavam enfrentando dificuldades econômicas próprias, o que resultou em um orçamento modesto para a organização. Além disso, a OUA tinha uma estrutura burocrática complexa e recursos limitados para implementar de forma eficaz os programas de desenvolvimento e as operações de manutenção de paz.

Outro desafio importante foi a ineficácia da OUA em lidar com a implementação de suas resoluções e políticas. A organização não possuía mecanismos de fiscalização adequados e sua capacidade de pressão sobre os membros para que seguissem suas decisões era limitada. As decisões da OUA não eram vinculativas, o que reduzia sua eficácia em questões políticas e de segurança. A falta de uma força militar própria e de uma autoridade executiva forte também limitava sua capacidade de agir de forma rápida e eficaz em situações de emergência (Harsch, 2016).

Em suma, embora a OUA tenha representado uma tentativa ambiciosa de promover a unidade africana e superar os legados da colonização e do apartheid, ela foi incapaz de enfrentar, de forma satisfatória, os diversos desafios estruturais, financeiros, políticos e sociais do continente. A diversidade interna, as rivalidades regionais, a falta de recursos e a ineficácia na resolução de conflitos e crises políticas contribuíram para a percepção de que a OUA não era suficiente para os desafios do século XXI. Este contexto acabou levando à transformação

da OUA na União Africana, com a intenção de tornar a organização mais eficaz na promoção da paz, segurança e desenvolvimento sustentável na África.

2.2 Contribuição da OUA para os Processos de Independência e Integração Africana

A Organização da Unidade Africana (OUA) teve um papel fundamental no processo de independência de muitas nações africanas que ainda estavam sob domínio colonial na década de 1960. A OUA, ao reunir estados africanos independentes, tornou-se um fórum central de ação política para as questões de libertação do continente. Uma de suas principais missões, desde sua criação, foi dar apoio aos movimentos de independência e combater o colonialismo, que ainda persistia em várias partes da África, incluindo em países como Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, Zimbábue (antiga Rodésia), e Namíbia, que estavam sob regime de dominação estrangeira (Biney, 2008).

Através de resoluções políticas e ações diplomáticas, a OUA foi essencial para aumentar a pressão internacional contra os poderes coloniais e racistas. A organização adotou uma postura firme contra o apartheid praticado na África do Sul, sendo uma das primeiras entidades internacionais a lançar um boicote político e econômico contra o regime segregacionista sul-africano. As ações da OUA geraram um apoio contínuo à luta das nações africanas que buscavam independência e, ao mesmo tempo, impulsionaram uma agenda internacional de descolonização, tornando a questão da independência africana um tema central nas discussões da Organização das Nações Unidas (ONU) (Shinoda, 2011).

Além disso, a OUA teve um papel crucial em sua política de apoio às lutas de libertação nas colônias portuguesas, onde países como Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe enfrentavam resistência militar ao domínio colonial português. A OUA estabeleceu comissões de apoio aos movimentos de libertação, como a Comissão de Defesa e Solidariedade, que visavam coordenar os esforços de assistência militar e diplomática, e garantir que os países colonizados tivessem o apoio necessário para enfrentar as potências coloniais (Harsch, 2016). Esta ajuda foi um componente vital na conquista da independência de várias ex-colônias portuguesas no final dos anos 1970.

A OUA também desempenhou um papel importante na criação de um ambiente de solidariedade e cooperação entre os países africanos, promovendo a integração regional como uma forma de fortalecer o continente frente aos desafios pós-independência. A integração

econômica, um dos pilares da organização, visava criar uma plataforma comum que facilitasse o desenvolvimento de políticas conjuntas entre os países africanos, além de construir uma frente unida frente aos desafios globais, como a pobreza e a exploração econômica das potências coloniais.

A OUA estabeleceu a Comissão Econômica para a África (CEA), que visava coordenar a implementação de políticas de desenvolvimento econômico e social e formular estratégias para promover a cooperação econômica entre os países africanos. A ideia era diminuir a dependência das potências estrangeiras e fomentar uma maior autossuficiência por meio de investimentos em infraestrutura e comércio intra-africano. A OUA também procurou eliminar barreiras comerciais e aumentar a interdependência econômica entre os estados africanos, promovendo um mercado comum e uma maior troca de bens e serviços.

Em relação à integração política, a OUA procurou estabelecer uma base sólida para a governança continental por meio da criação de organismos supranacionais, como o Conselho de Paz e Segurança, que tinha a missão de prevenir e resolver conflitos no continente, embora a eficácia dessa instituição fosse limitada pelas condições de recursos e pela falta de poder executivo.

Embora a OUA tenha sido uma organização com limitações, ela cumpriu o papel de estimular o processo de integração africana. Suas ações, como o apoio à criação da Comissão Econômica para a África, a promoção de reuniões anuais entre os líderes africanos e a mobilização de esforços para desenvolver infraestruturas intercontinentais, ajudaram a estabelecer um campo fértil para a futura criação de mecanismos de integração mais avançados, como a Zona de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA) (Moyo, 2016).

A integração política e econômica da África foi um objetivo de longo prazo da OUA, embora tenha sido interrompido por várias questões internas, como conflitos territoriais, rivalidades políticas e problemas econômicos. No entanto, as bases estabelecidas pela OUA continuaram a influenciar a criação de novos mecanismos, como a União Africana (UA), que veio a substituir a OUA em 2002 com a promessa de uma integração mais profunda e eficiente.

Um dos legados duradouros da OUA no processo de integração foi a *Iniciativa de Desenvolvimento da Infraestrutura Continental (PIDA)*, que visava melhorar a conectividade através de projetos de infraestrutura, como rodovias e ferrovias, para promover o comércio

regional e integrar melhor os mercados africanos. Esses esforços de integração econômica, que começaram com a OUA, foram fundamentais para o lançamento de políticas e acordos mais eficazes, como a AfCFTA, que visa transformar a África em um mercado único de mais de 1,2 bilhão de pessoas (Moyo, 2016). Esta zona de livre comércio representa um avanço significativo em relação aos objetivos iniciais da OUA de promover a cooperação e o comércio intra-africano, e sua criação pode ser vista como uma continuidade e expansão dos ideais de integração que a OUA começou a desenvolver.

Em suma, a OUA desempenhou um papel crucial na luta pela independência dos países africanos ainda sob colonização, ao mesmo tempo que estabeleceu as fundações para a futura integração política e econômica do continente. Embora tenha enfrentado limitações significativas, a sua ação no apoio aos processos de descolonização e na promoção de políticas de integração ainda ressoam na atualidade, influenciando a dinâmica da União Africana e as políticas contemporâneas de integração africana.

2.3 Razões para a Transformação da OUA em União Africana

A transformação da Organização da Unidade Africana (OUA) na União Africana (UA) em 2002 foi um marco significativo na história da integração africana, refletindo as crescentes necessidades do continente em um contexto global e político em rápida mudança. Vários fatores contribuíram para essa transformação, com o principal sendo a necessidade de uma abordagem mais eficaz e robusta para enfrentar os novos desafios enfrentados pela África no início do século XXI. A OUA, embora tenha desempenhado um papel importante na descolonização e na luta contra o apartheid, foi vista por muitos como incapaz de responder adequadamente às questões emergentes que afetavam o continente, como a crescente globalização, os conflitos armados persistentes, e os desafios relacionados à boa governança e ao desenvolvimento (Domba & Mudzonga, 2015).

2.3.1 A Incapacidade da OUA em Lidar com Conflitos e Desafios de Governança

Embora a OUA tenha sido eficaz em vários aspectos, como a luta contra o apartheid e a promoção da independência dos países africanos, sua estrutura e mecanismos de ação não eram adequados para lidar com os complexos conflitos internos e as disputas territoriais que continuaram a surgir no continente após a independência. Durante as décadas de 1980 e 1990, a África foi marcada por uma série de conflitos violentos, como as guerras civis na Somália,

no Sudão, na República Democrática do Congo (RDC) e em outras partes do continente. A OUA, devido à sua natureza consensual e à falta de poder de intervenção efetiva, foi muitas vezes incapaz de intervir rapidamente ou de mediar eficazmente tais crises (Murithi, 2005).

A falta de uma força militar própria e a incapacidade de impor soluções de maneira efetiva resultaram em uma crescente crítica à OUA. Organizações internacionais e líderes africanos perceberam que era necessária uma reforma substancial para lidar com os conflitos de forma mais eficaz. A criação da Comissão de Paz e Segurança da UA, como parte da União Africana, foi uma resposta direta a essa falha, estabelecendo uma estrutura mais sólida e operativa para a resolução de crises de segurança no continente (Adejumobi, 2010). A UA passou a ter maior autonomia para agir e tomar decisões rápidas, além de contar com a possibilidade de mobilizar forças de paz e realizar intervenções quando necessário, em vez de depender exclusivamente de métodos diplomáticos.

2.3.2 O Impacto da Globalização e a Necessidade de Reagir de Forma Mais Eficiente

Outro fator importante que levou à transformação da OUA na UA foi o impacto da globalização. Com o avanço da tecnologia, o aumento da interdependência econômica e as mudanças nas dinâmicas de poder no cenário internacional, a África se viu diante de novos desafios. O continente precisava adaptar suas políticas econômicas, comerciais e políticas para se integrar mais efetivamente ao mercado global, ao mesmo tempo em que enfrentava a competição crescente de outras regiões do mundo. A OUA, com sua estrutura antiga, não era suficientemente ágil para lidar com as demandas de uma economia globalizada e os desafios econômicos internos, como a pobreza, o desemprego e a desigualdade social (Moyo, 2016).

A criação da UA foi vista como uma resposta a esses novos desafios, com uma abordagem mais coordenada para promover o desenvolvimento econômico e social no continente. A UA focou em um modelo mais flexível e inovador, com novos mecanismos como a Câmara de Comércio Continental Africana e projetos de integração mais ambiciosos, incluindo acordos de livre comércio, infraestrutura compartilhada e a promoção do comércio intra-africano. A Zona de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA), que começou a ser implementada em 2021, pode ser vista como uma extensão do impulso da UA para melhorar a integração econômica da África e posicioná-la de forma mais competitiva no cenário global (Moyo, 2016).

2.3.3 A Necessidade de Uma Maior Participação Cidadã e a Inclusão dos Direitos Humanos

A OUA, apesar de ser uma plataforma importante para os governos africanos, foi criticada por não envolver de maneira efetiva os cidadãos africanos na tomada de decisões políticas e na formulação de políticas públicas. A representação de grupos civis, mulheres, juventude e outras organizações não governamentais na OUA era limitada, o que gerava um distanciamento entre as decisões da organização e as necessidades reais da população africana (Adejumobi, 2010).

A União Africana foi projetada para ser mais inclusiva, incorporando instituições que incentivassem uma maior participação da sociedade civil e das organizações representativas dos cidadãos africanos. A criação do Parlamento Pan-Africano, com a missão de ser uma voz representativa da população do continente, foi uma das iniciativas mais significativas nesse sentido. A inclusão de mecanismos como a Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governança, adotada pela UA em 2007, foi também um passo em direção à promoção da democracia e dos direitos humanos no continente, algo que a OUA não havia priorizado de maneira tão explícita (Murithi, 2005).

2.3.4 A Relevância da Governança e da Eficiência nas Ações da UA

A necessidade de uma governança mais forte e de maior eficiência nas ações continentais foi outra razão fundamental para a transformação da OUA na UA. A OUA carecia de uma estrutura executiva forte, com uma capacidade limitada de implementação das decisões tomadas. Isso era um grande obstáculo para a resolução de crises e para a execução de projetos de desenvolvimento econômico e social no continente. A UA, por outro lado, foi projetada para ser mais eficiente, com uma maior capacidade de coordenação e execução de políticas, além de uma maior autonomia dos países membros para decidir questões de interesse comum.

A nova estrutura da UA foi organizada de forma a permitir que seus órgãos e comissões trabalhassem de maneira mais integrada, promovendo a execução de projetos de longo prazo para o desenvolvimento da infraestrutura, educação, saúde e comércio, com mais recursos financeiros e uma liderança mais coordenada. Além disso, a UA tem a capacidade de tomar decisões vinculativas em questões-chave de paz e segurança, o que é uma grande melhoria em relação à OUA, cujas decisões muitas vezes careciam de força executiva.

2.4 Continuidade e Ruptura: A UA em Relação à OUA

A transformação da Organização da Unidade Africana (OUA) na União Africana (UA) em 2002 representa um processo que contém elementos tanto de continuidade quanto de ruptura. Ao mesmo tempo em que a UA preserva certos princípios fundamentais da OUA, ela também introduz mudanças significativas na sua abordagem para lidar com os desafios do continente africano, refletindo a necessidade de adaptação a novas realidades geopolíticas e sociais. A mudança de foco e a reestruturação da organização não apenas redefinem os métodos pelos quais a unidade e o desenvolvimento africanos são buscados, mas também assinalam a evolução das aspirações do continente no cenário global.

2.4.1 Continuidade: O Compromisso com a Unidade Africana e o Desenvolvimento

A continuidade entre a OUA e a UA é evidente no compromisso central de ambas as organizações com a unidade africana, um objetivo primordial desde a criação da OUA em 1963. A OUA foi formada com o intuito de promover a solidariedade entre os países africanos recém-independentes, defendendo a unidade contra o colonialismo e o apartheid, e estabelecendo uma plataforma comum para os desafios políticos, econômicos e sociais do continente. A UA mantém esse compromisso, continuando a lutar pela integração regional e pela unidade política. A principal diferença é a forma como a UA aborda essa questão.

A UA, tal como a OUA, busca promover a paz, segurança e estabilidade em todo o continente, além de continuar a lutar contra a pobreza e a exclusão social. Uma das semelhanças notáveis entre as duas organizações é o foco no desenvolvimento econômico. Ambas reconhecem que a unidade e a estabilidade política são fundamentais para garantir o desenvolvimento sustentável e a prosperidade econômica. No entanto, a UA adotou uma abordagem mais estratégica e integrada para lidar com esses problemas, com a criação de instituições como a Comissão de Paz e Segurança da UA, a Agenda 2063 e a Zona de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA), que visam fortalecer a infraestrutura econômica e melhorar a conectividade do continente (Moyo, 2016).

A continuidade também se reflete no papel da UA como defensora da descolonização e da autodeterminação dos povos africanos, princípios que foram centrais na OUA. A UA manteve esse compromisso, especialmente em relação à Sahara Ocidental, que ainda enfrenta desafios de autodeterminação, e em sua postura em relação a outros territórios com questões

de soberania (Murithi, 2005). Portanto, a UA segue, de certa forma, as tradições da OUA no que diz respeito a sua visão de um continente africano livre e independente, promovendo uma agenda de **autossuficiência** política e econômica.

2.4.2 Ruptura: Uma Nova Abordagem para a Governança e a Resolução de Conflitos

A principal ruptura entre a OUA e a UA diz respeito à governança e à eficácia na resolução de conflitos. Enquanto a OUA foi frequentemente criticada por sua estrutura frágil e pela falta de capacidade para intervir em crises e conflitos no continente, a UA foi projetada para ser uma organização mais proativa e eficaz. A OUA, com sua política de não-interferência nos assuntos internos dos Estados-membros, muitas vezes se viu incapaz de lidar com crises de governança e conflitos internos, como os ocorridos em países como Ruanda, Somália e Sudão. A UA, por outro lado, adotou uma postura mais intervencionista, buscando promover a paz e a segurança de forma mais direta, o que reflete uma ruptura com a política da OUA de respeitar a soberania dos Estados (Harsch, 2016).

A Comissão de Paz e Segurança da UA e a criação de missões de paz africanas são exemplos da nova abordagem da UA. A organização tem agora a capacidade de tomar decisões rápidas e, em casos de emergência, intervir diretamente em situações de guerra civil ou outras crises. Isso inclui a criação de forças de intervenção, como a Força de Defesa e Segurança da União Africana (AFISM), que atuou em diversos conflitos no continente, como na Somália, no Darfur e em Mali (Murithi, 2005). Esta mudança de paradigma representa uma ruptura fundamental com a OUA, que na prática não tinha os meios ou a autoridade para agir eficazmente em situações de crise.

2.4.3 Ruptura no Foco em Democracia e Direitos Humanos

Outro aspecto em que a UA se distanciou da OUA foi em relação ao compromisso com a democracia e os direitos humanos. A OUA, embora preocupada com a soberania dos Estados africanos, frequentemente ignorava os abusos de direitos humanos ou os regimes autoritários que existiam em vários países do continente. A organização era muitas vezes criticada por sua passividade em relação às ditaduras ou aos governos que violavam os direitos fundamentais dos cidadãos africanos. Em contrapartida, a UA introduziu um compromisso muito mais forte com a democracia, a boa governança e a proteção dos direitos humanos (Adejumobi, 2010).

A UA estabeleceu mecanismos, como a Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governança, adotada em 2007, que exige que os países membros respeitem normas democráticas e promovam eleições livres e justas. A UA também estabeleceu o Comitê de Soberania e Integridade Territorial, que monitora e intervém em casos de golpes de Estado ou mudanças não democráticas de governo, algo que a OUA não conseguia implementar efetivamente. Essa ênfase nos direitos humanos e na democracia reflete uma ruptura clara em relação à OUA, que muitas vezes priorizava a não-interferência e o pragmatismo político, mesmo em face de abusos.

2.4.4 A UA no Contexto Global: Uma Visão mais Ativa

A transformação da OUA em UA também reflete a necessidade de um papel mais ativo da organização no cenário global. A OUA, embora tenha sido importante na promoção da independência africana e na luta contra o apartheid, teve um papel limitado nas questões internacionais e nas negociações globais. A UA, por sua vez, busca representar a África de maneira mais forte e eficaz nas organizações internacionais, como as Nações Unidas e o Fórum Econômico Mundial, e se posicionar como um ator global capaz de influenciar as decisões econômicas, políticas e de segurança que afetam o continente.

A UA também tem procurado estabelecer parcerias mais estratégicas com outras organizações regionais e globais, como a União Europeia e a China, de forma a garantir que os interesses africanos sejam melhor representados no comércio e nas questões de paz e segurança internacional. A crescente integração política e econômica, refletida no lançamento da AfCFTA, é um exemplo do papel mais central que a UA pretende desempenhar na economia global, refletindo um movimento para além da visão mais limitada da OUA (Moyo, 2016).

CAPÍTULO III

3.1 Considerações finais

A análise das fontes secundárias sobre a OUA e a UA permitiu identificar claramente as transformações que marcaram a transição entre as duas organizações. Através da revisão de literatura, foi possível perceber que a OUA teve um papel fundamental na luta pela independência e na promoção da unidade africana, mas enfrentou limitações em sua capacidade de resolver conflitos e promover uma governança eficaz. Com a criação da União Africana, observou-se uma adaptação às novas realidades do continente, com ênfase em mecanismos mais eficientes de resolução de crises, promoção da democracia e direitos humanos, além de um compromisso mais ativo com o desenvolvimento econômico e a integração regional.

Ao comparar as duas organizações, percebe-se que, embora a UA preserve a missão de unidade e solidariedade, ela rompe com aspectos da OUA, como a política de não-interferência e a falta de estruturas robustas para a intervenção em crises. A UA reflete uma África mais proativa e conectada com as questões globais, adaptando-se às exigências de um continente que enfrenta desafios políticos, sociais e econômicos mais complexos. Dessa forma, a transformação da OUA em UA não apenas representou uma continuidade de objetivos, mas também um avanço significativo nas estratégias adotadas para enfrentar as questões do continente.

Referências bibliográficas

- Adejumobi, S. A. (2010). *A União Africana: Desafios e perspectivas para o futuro*. International Politics and Society.
- Domba, P. E., & Mudzonga, S. (2015). *A União Africana: Uma nova visão para a unidade africana*. African Journal of Political Science and International Relations, 9(2), 34-47.
- Harsch, E. (2016). *A União Africana: Um movimento de integração continental*. Africa Today, 62(4), 123-142.
- Moyo, D. (2016). *Dead Aid: Why Aid Is Not Working and How There Is a Better Way for Africa*. Farrar, Straus, and Giroux.
- Murithi, T. (2005). *A União Africana: Pan-africanismo, construção da paz e desenvolvimento*. Journal of Peace and Development, 1(2), 59-76.
- Shinoda, H. (2011). *O papel da Organização da Unidade Africana na luta pela independência e na integração africana*. African Studies Quarterly, 13(3), 12-24.